

VI Seminário Internacional

políticas culturais

26 a 29 de maio de 2015

Rio de Janeiro

edição

Fundação Casa de Rui Barbosa

ISBN 978-85-7004-332-0

organizadores

Lia Calabre

Mauricio Siqueira

Deborah Rebello Lima

Adélia Zimbrão

realização

**Itaú
cultural**

 **BSERVATÓRIO**
Itaú Cultural

FUNDAÇÃO  **Casa de Rui Barbosa**
MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA




Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre
Mauricio Siqueira
Adélia Zimbrão
Deborah Rebello Lima

Rio de Janeiro
De 26 a 29 de maio de 2015
Edições: Fundação Casa de Rui Barbosa



Seminário Internacional Políticas Culturais (6. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais, 26 a 29 de maio de
2015, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2015.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://wwwhttp://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-332-0

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Deborah Rebello Lima, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306



26 a 29 de maio de 2015

**PROGRAMA CULTURA VIVA:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DE UM CAMPO POLÍTICO**

Ariel Nunes¹

RESUMO: Este artigo é ao mesmo tempo, fruto de algumas reflexões da pesquisa de mestrado e a primeira versão do projeto de doutorado em Antropologia Social. Aqui proponho um estudo com gestores que fazem ou fizeram parte dos processos de formulação e manutenção do programa Cultura Viva - inaugurado pelo Ministério da Cultura em 2004, durante a gestão do então Ministro Gilberto Gil. A principal ação do programa Cultura Viva são os Pontos de Cultura, compostos por artistas, grupos e coletivos culturais contemplados pelo programa via editais públicos. Os Pontos de Cultura, assim como o Cultura Viva operam através do modelo de gestão compartilhada entre MinC, Secretarias estaduais e municipais de Cultura, artistas, produtores e agentes culturais. Para este momento, proponho uma etnografia com os gestores no intuito de compreender o processo de construção de políticas culturais nas quais o Cultura Viva está inserido, assim como os elementos discursivos que reforçam a diversidade cultural como um instrumento importante na construção de um outro projeto de nação.

PALAVRAS-CHAVE: cultura viva, diversidade cultural, políticas públicas culturais, antropologia política.

Apresentação: A outra ponta dos Pontos

O objetivo da pesquisa de doutorado é analisar os processos de formulação e implementação do Programa Nacional de Promoção de Cidadania e da Diversidade Cultural, também chamado de Cultura Viva, propondo um estudo com os gestores que participam ou participaram da idealização e implementação do Cultura Viva - inaugurado pelo Ministério da Cultura em 2004, durante a gestão do então Ministro Gilberto Gil. Neste presente artigo sintetizo as principais etapas da pesquisa, assim como as possibilidades e dificuldades metodológicas em se projetar um estudo com agentes públicos de cultura inseridos em um campo político e institucional.

A proposta de uma etnografia com gestores culturais será aqui dividida em quatro momentos: o primeiro se refere aos obstáculos de acesso aos gestores, instituições e informação públicas. Procuo aqui problematizaras dificuldades metodológicas no contexto institucional no intuito de alavancar categorias importantes como Estado, público, privado. Em seguida trago uma reflexão sobre o domínio da linguagem, dos discursos e metáforas presentes nesse campo institucional. O terceiro momento, ainda sobre o tema da linguagem,

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (Dan-UnB)



26 a 29 de maio de 2015

sugiro a abordagem de certos eventos políticos sob o ponto de vista da *performance* e do ritual político. Ao final, trago uma breve reflexão sobre outros atores importantes que compõem o programa Cultura Viva, como estão inseridos em uma mesma comunidade que deflagra relações entre artistas, idealizadores, produtores e gestores públicos.

O Programa Cultura Viva está inserido em uma política de reconhecimento, inclusão e fomento daqueles que não protagonizaram as políticas públicas culturais anteriores, a dizer: artistas populares, mestres e griôs, artistas circenses, atividades culturais de periferias, de mídias digitais comunitárias, assim como atividades culturais produzidas por comunidades indígenas e de terreiros. O programa descentralizou convênios, criou coletivos organizados em redes e veio acompanhado de expectativas de participação de novos atores, mas também encontrou obstáculos na sua execução, como descontinuidades de gestão e atrasos no repasse das parcelas dos convênios com os Pontos.

Durante o mestrado convivi com artistas e agentes culturais envolvidos nos Pontos de Cultura de Goiânia, Brasília, Mato Grosso e Rio de Janeiro, e desde a conclusão da pesquisa, venho construindo diálogos com agentes culturais que idealizaram, formularam ou que ainda estão envolvidos com o Cultura Viva. Esses agentes culturais operariam “institucionalmente” o programa, fazendo parte da engrenagem necessária para regulamentação, implementação e manutenção do Cultura Viva, são aquilo que eu poderia chamar aqui de “a outra ponta dos Pontos”: uma comunidade política e institucional que está em relação nem sempre harmoniosa com os artistas que coordenam os Pontos, também conhecidos como ponteiros².

Procedimentos metodológicos

A pesquisa de campo realizada com os ponteiros, durante a gestão da então Ministra Ana de Hollanda veio carregada de novas reflexões sobre o programa, mas naquele momento, o meu foco era realizar uma pesquisa com artistas e agentes culturais. Para o momento, “na outra ponta dos Pontos”, estou pisando em um terreno muito diferente, de atores muito distintos. O que chamo aqui de “gestor” implica em Secretários (e Ex-Secretários) de Cultura, (estadual, municipal), Secretários (e Ex-Secretários) do MinC, agentes que ocuparam ou ocupam cargos de confiança, e também, agentes culturais administrativamente envolvidos no

² Neste sentido, há o interesse em contrastar e/ou incluir os resultados da pesquisa realizada junto aos ponteiros com a atual pesquisa com os gestores que atuam na implementação e formulação do Cultura Viva. Assim feito, caberia refletir como esses discursos se comunicam. É importante destacar que não proponho uma análise sobre a execução do Programa Cultura Viva, seus modos de organização em rede, e o cotidiano dos artistas contemplados por esse programa nacional, uma vez que durante o mestrado tal análise já foi realizada. Ao mesmo tempo, compreendo que as articulações entre os ponteiros e instituições, acabam por compor uma parte indissociável do Programa



26 a 29 de maio de 2015

lançamento e implementação do Cultura Viva. A etnografia com esses atores pode ser realizada através de conversas e entrevistas semi estruturadas nos seus ambientes de trabalho, ou seja frequentemente, nas Secretarias e no Ministério da Cultura.

Ao propor uma pesquisa com os gestores de cultura, estamos diante daquilo que a antropóloga Laura Nader (1972) definiu como *studyingup*: a pesquisa com elites, grupos prestigiados, ou com esferas de poder. A etnografia em contextos *up* permite análises sobre a estrutura social e sobre a organização institucional, ao mesmo tempo em que revela barreiras etnográficas, principalmente ao que se refere à observação participante. Se a etnografia frequentemente implica em viagens para “comunidades exóticas”, ou em pesquisas em ambientes privados (famílias, grupos e comunidades), na convivência e envolvimento diário com os nativos; o estudo com sociedades *up* inverteria a mística antropológica de observação participante (Nader, 1972). A inversão metodológica no estudo com sociedades *up* da qual fala Nader (1972), implica aqui em uma reorganização de debates importantes sobre poder público, Estado e sociedade.

O primeiro limite metodológico da observação participante aplicada ao estudo com os gestores - que por sua vez, pertencem uma comunidade *up* - implica nos obstáculos de acesso às instituições, agentes, e informação públicas. Os gestores envolvidos com o Cultura Viva participam de uma comunidade especializada que media as políticas públicas culturais e elaboram ações de governo, que são formuladas na convivência burocrática com seus pares. Sendo assim, creio que eu não estou incluída nessa comunidade e portanto, problemas como “dificuldades de acesso” à esses atores e à essas instituições podem ocorrer.

Lidar com grupos de poder impõe ao antropólogo outras possibilidades de observação e, portanto, outras reflexões sobre o método etnográfico. Nessa discussão podemos questionar sobre como a dificuldade de acesso aos gestores e à informação pública pode revelar um aspecto privativo nas relações entre os *up*. Podemos questionar ainda sobre como a gestão pública engendra percepções de lei e de gestão compartilhada. Essas questões nos permitiria reorganizar a posição dos burocratas na construção da cidadania em contextos democráticos. Isto porque o Cultura Viva é um programa construído através da “participação popular”, de modo que o próprio programa sugere uma reorganização de categorias como público, privado, Estado e sociedade. Nesse debate, cidadania e democracia também são termos que precisam ser retomados, especialmente quando tratamos do tema da participação popular, um dos motores de funcionamento do Programa Cultura Viva. A pesquisa com gestores da área



26 a 29 de maio de 2015

cultural nos permitiria portanto, reprocessar conceitos e categorias tão repetidas em contextos institucionais.

Se a observação participante implica em limites para esta pesquisa, ela é também a propulsão para muitas perguntas sobre conceitos fundantes e sobre o próprio fazer antropológico. Dentre os limites metodológicos com os quais me deparo ao realizar este estudo, muitos que já foram apontados por outros pesquisadores, cada qual com estratégias distintas, para diversas experiências de campo. Cris Shore e Susan Wright (2005) retomam o problema do *studying up*, enquanto um esforço metodológico em focar nas corporações, elites e centros de poder em contraste com a tradicional ênfase antropológica no *studying down*. Todavia, os dois autores investem no *studying through* enquanto possibilidade de traçar caminhos no qual o poder cria redes de relação entre atores, instituições e discursos através do tempo e espaços. Os dois autores demonstram um interesse especial nos instrumentos lingüísticos e metafóricos que legitimam as políticas públicas e como esses constroem sujeitos e objetos de poder que modelam identidades. Os dois autores propõem o desafio de mobilizar o discurso político para compreensão de ideias como “cultura nacional” ou “políticas de cultura e identidade”, metáforas operantes no contexto desta pesquisa.

A proposta do *studying through* acaba por ser a condição para esta etnografia, uma vez que o Cultura Viva é um programa nacional que enreda indivíduos de diversas esferas artísticas, institucionais e políticas. Como já foi dito aqui, esta pesquisa com gestores não ignora a contraparte fundamental do programa: artistas, produtores, agentes culturais e público em geral. E mesmo quando focamos no contexto institucional, estamos diante de redes de poderes locais, municipais, federal, internacional e multilocal. Neste campo político-cultural e multilocal, também estamos lidando com discursos, conceitos e metáforas que são modelados nessas diversas esferas de poder.

A política cultural como linguagem: discursos e metáforas

O potencial analítico da linguagem foi explorado por George Marcus (1995), que apontou para as metáforas e expressões discursivas de instituições legais como possibilidades de análise. Associada à proposta de uma etnografia multi situada Marcus sugeria que as análises com sociedades complexas exigiriam do pesquisador explorar expressões discursivas cotidianas³. Ao analisarmos a política cultural através do seu potencial lingüístico (discurso,

³ Tal discussão foi desenvolvida por outros autores que refletiram sobre o tema dos discursos sobre a noção de tradução no trabalho do antropólogo (Geertz, Gadamer, Rabinow, entre outros). Acultura poderia ser tomada como um texto (para usar os termos de Geertz) e atuaria na fronteira entre comportamentos e a interpretação



26 a 29 de maio de 2015

metáforas, conceitos e categorias) vale refletir sobre as operações internas das instituições, buscando compreender como as instituições se legitimam em *analogias fundantes*, para usar o termo de Mary Douglas (1998). Como essas expressões metafóricas, discursivas produzem efeitos, ou em que são fundamentadas, por quais analogias a estrutura social pode ser observada.

Para Douglas, essas analogias se encontram sempre “ou no mundo físico ou no mundo sobrenatural ou na eternidade ou em qualquer outro lugar, contando que não seja encarada como um arranjo socialmente elaborado” (:58, 1998). Quais analogias eu encontraria em instituições que formulam políticas públicas de cultura. A princípio, podemos pensar que o próprio nome do programa, Cultura Viva, sugere algo “vivo”, “pulsante”, que tem vida, e que portanto possui em alguma medida, um fundamento na natureza. Isto poderia estar de acordo com outra afirmação de Douglas: “as instituições se prendem à analogias elaboradas a partir do corpo” (:59, 1998). Se as instituições são fundadas em categorias fundantes e se isso se aplica ao caso do MinC, Cultura Viva, ou dos discursos ou dos seus gestores, já é uma questão que merece ser verificada empiricamente. Essa problemática todavia, reforça questões sobre os modos como os discursos e analogias se legitimam publicamente.

Sob uma perspectiva simbólica e interpretativa, Marcus e Fischer (1986) enfatizaram a polifonia em multi localidades como uma possibilidade de pesquisa antropológica. Tal abordagem foi criticada por Cris e Shore (2005), que consideraram polifonia e multilocalidade apenas termos que ofereceriam uma “ilegítima equidade às vozes dos desprivilegiados”. “Quais vozes prevalecem” ou “quais seriam os discursos que legitimam ou produzem autoridade” são questões que interessam para esta pesquisa, mas merecem ser verificadas empiricamente. De todo modo caberia aqui indicar aqui o interesse em analisar os discursos sobre diversidade cultural que orientam o Cultura Viva, refletindo sobre como a linguagem política é organizada e como esta produz efeitos.

É importante aqui frisar um ponto importante sobre esse interesse nos discursos: esta pesquisa não possui o objetivo de operar como um porta voz ou um amplificador dos gestores ou de qualquer instituição, grupo ou classe artística. Aqui o interesse é produzir uma interpretação ou um conhecimento localizado, ambientado em uma comunidade política que formula programas nacionais de cultura e que atua como mediadora nas relações com os artistas. Essa comunidade política opera como codificadora e organizadora de informação,

cultural. Esses autores produziram narrativas sobre os obstáculos da observação participante e a urgência de acionar outras instâncias analíticas. Esses esforços instrumentalizaram os antropólogos para a construção de textos que analisam o discurso como uma ferramenta importante.



26 a 29 de maio de 2015

especialmente quando tratamos do caráter burocrático da manutenção do Cultura Viva, do lançamento de editais para os Pontos de Cultura e das assinaturas e prestações de contas dos convênios.

Durante a pesquisa de mestrado pude acompanhar o cotidiano de artistas que participam de editais e que, uma vez selecionados, começaram a lidar com problemas de ordem administrativa, que não faziam parte da sua vida de artista. E neste sentido, um dos principais impasses do Cultura Viva talvez esteja na burocratização do programa. No processo seletivo dos Pontos de Cultura, por exemplo, os concorrentes aos editais submetem seus projetos, que em seguida serão avaliados por membros especializados⁴. É essa comunidade política e especializada que instaura convênios e estabelece uma relação institucionalizada com artistas, agentes e produtores culturais.

A política pública cultural se faz com o Estado:

Aqueles que atuam diretamente na administração pública para a implementação de um programa nacional, como é o caso do Cultura Viva, também estão inseridos no campo das políticas públicas culturais, que é parte e se faz com o Estado. Neste sentido, quando proponho um estudo com gestores eu também estou lidando com um campo institucional, político e que compõe aquilo que genericamente definimos como Estado - conceito já naturalizado. Todavia, não proponho aqui uma teoria sobre o Estado ou uma concepção diferente para este conceito. A questão é que estou lidando com efeitos de Estado e que, portanto, esse termo merece um tratamento nessa pesquisa. Também não se trata de reduzir o Estado às suas instituições, mas de compreendê-las como são processadas com (ou no) Estado⁵.

Quais efeitos de estado podemos observar em uma etnografia com gestores que formulam um programa nacional de cultura, o Cultura Viva, e como o *Estado* é acionado institucionalmente. O esforço aqui é de evitar uma abordagem que reforça uma centralidade autônoma. Tal abordagem acabaria por naturalizar tanto o “Estado”, como outras categorias

⁴Os membros dessas comissões de análises dos projetos nem sempre são gestores mas podem atuar como avaliadores especializados, mas frequentemente prestam algum serviço na área administrativa de Secretarias ou das redes virtuais dos Pontos de Cultura. Não são necessariamente burocratas, mas se movimentam entre espaços institucionalizados e são personagens importantes para esta pesquisa.

⁵As práticas de governo não são aqui pensadas como operações racionais e reduzidas a um núcleo impenetrável. Tais práticas estão articuladas a muitas esferas de poder de diferentes modalidades de organização que vão para além das paredes institucionais, dentre as quais poderia citar as ONGs, os coletivos, organizações e organismos multilaterais - articulações que podem ser verificadas, inclusive no programa Cultura Viva.



26 a 29 de maio de 2015

como “sociedade”, “público” e “privado”, admitindo-as como auto explicativas⁶. Tais categorias são importantes para esta pesquisa, mas serão abordadas de modo a evitar análises essencialistas, que pouco rendem no debate e na pesquisa empírica.

Proponho lidar com essas categorias empiricamente, acompanhando os meios pelos quais essas são acionadas durante o processo de formulação e manutenção do Cultura Viva. Os gestores de cultura se fazem com o Estado, através da construção de políticas públicas culturais. Trabalham diretamente com categorias importantes para esta pesquisa: como sociedade, poder público e privado, democracia, Nação... e Estado, acaba por compor um conceito importante que se articula com todas essas redes de conceitos e categorias.

Reforço aqui o caráter público-privado nesse contexto institucional, que pode ser observado desde a execução do Cultura Viva, quanto nas relações políticas dos gestores. No entanto, estamos lidando com a parte institucional, burocrática e pública da cultura. Neste sentido, estudar políticas públicas sob o ângulo da antropologia social implica de início, a suspensão da ideia de *público* como qualificativo para os fins das ações do Estado (Souza Lima, :369, 2008). Quais são os momentos na pesquisa em que as distinções entre público e privado são embaçadas e como são acionadas pelos gestores, que podem, inclusive, dificultar o acesso às instituições e informações públicas? Philip Abrams (1988) traz um argumento importante para esta discussão quando afirma que a presunção de que o setor público é um setor privado sobre qual o conhecimento não deve ser tornado público é um dos principais fatores que dificulta uma análise importante sobre o Estado.

Mais uma vez estamos diante de obstáculos metodológicos que dificultariam o acesso à informações públicas. No entanto, ao mesmo tempo em que a observação participante se torna um obstáculo, é também um motor que questiona a produção antropológica, e neste sentido, seria importante repensar a etnografia nesse contexto institucional que opera com as categorias de público e privado. A observação participante no estilo “imersão e cotidiano face a face”, para captação da “totalidade” de uma organização, aqui já não é realizável. Tal modelo etnográfico, cânone da disciplina, encontra obstáculos na sua realização em contextos institucionalizados. Mesmo havendo dificuldades no acesso à instituições e gestores, há outros caminhos metodológicos que podem me ligar à essa comunidade política, tais como: entrevistas por telefone ou e-mail, o acompanhamento da repercussão nas mídias e entre os ponteiros, e o estudo dos documentos que formulam o Cultura Viva. Todos esses caminhos

⁶ Uma reflexão sobre o *Estado em ação* pode ser um bom ponto de partida para pensar em práticas de governo que desafiam fronteiras clássicas como Estado, sociedade e mercado. O Estado tem sua história. Essa problemática ainda não foi desenvolvida para a apresentação deste projeto.



26 a 29 de maio de 2015

nos permitiriam compreender, dentre outros processos, a construção da auto-imagem desses gestores e de suas instituições.

Portanto, o que proponho é um estudo sobre um conhecimento local, de uma comunidade que formula programas nacionais de cultura e que está em consonância com outras formulações e políticas mais amplas que a esfera nacional. A política será aqui analisada enquanto categoria cultural e enquanto linguagem através de uma etnografia que investe e interpela não só a formulação de políticas públicas culturais, mas também a produção de conhecimento antropológico.

Estamos lidando com uma comunidade política de múltiplos atores que operam na implementação do Cultura Viva, programa inserido no campo das políticas pública culturais, que por sua vez são produzidas com o Estado. As políticas públicas culturais também são Estado, e estão enredadas institucionalmente. A política se manifesta nesses espaços de poder, se faz através deles. Neste sentido, a política seria por excelência o espaço decisório sobre um grupo social, um domínio onde se exercita o poder (Teixeira: 14, 2014). A cultura em suas práticas e técnicas atua como um elemento estruturante na construção do Estado, que se legitima através da linguagem.

A linguagem das Teias: rituais políticos e performance entre gestores

Neste campo político e institucional no qual se desdobra esta pesquisa, uma ferramenta potente é a análise de rituais. Como já afirmava Leach (1966), os rituais não precisam estar necessariamente subordinados ao sagrado, eles podem ser observados através de seu aspecto comunicacional, que estabelece relações e posições na estrutura social. A comunicação pode se dar por intermédio de palavras, atos e gestos que podem ser interpretados pelo pesquisador. Para além dos discursos oficiais e pesquisas de documentos que são importantes para esta pesquisa - a comunicação direta com os gestores pode implicar em um evento que pode ser analisado como ritual político.

Segundo Mariza Peirano (2001), os rituais são tipos especiais de eventos mais formalizados e estereotipados e, portanto mais suscetíveis à análises porque já estão *recortados* em termos nativos. Em determinados contextos, a fala pode vir acompanhada de uma performance ou pode estar inserida em um contexto ritual. Não só as entrevistas com gestores são eventos em potencial. Proponho aqui, rapidamente, dar destaque às Teias, encontros altamente performatizados e que podem ser compreendidos como rituais políticos.



26 a 29 de maio de 2015

As Teias são encontros em nível nacional que ocorrem bianualmente, reunindo todos aqueles que compõem o Cultura Viva: artistas, ponteiros, políticos, representantes do MinC, simpatizantes de partidos, produtores, gestores, administradores da área cultural e público em geral. Na Teia nacional⁷, além de apresentações artísticas, oficinas, rodas de conversas, apresentação de trabalhos em GTs, há também os fóruns, onde os ponteiros se encontram com os gestores e representantes do MinC para discutirem os impasses do Cultura Viva. Ao que pude presenciar, esses eventos amplificam as relações de tensão entre gestores e artistas. Os fóruns que ocorrem nessas Teias podem ser analisados como um momento particular que envolve diferentes níveis de relação entre artistas, gestores e público. Esse encontro pode ser observado como um poderoso aparelho comunicacional que põe em evidência e uma determinada comunidade.

A Teia é um encontro político entre ponteiros e gestores públicos, mas é também um momento para manifestações culturais públicas, performaticamente apresentadas pelos diversos artistas durante todos os dias do evento. As apresentações são abertas e funcionam como uma “vitrine” onde os espectadores são, inclusive os gestores públicos. Esses eventos podem ser capturados etnograficamente através da observação dos gestores, (e demais envolvidos) no sentido de estar atento para aquilo que é performaticamente pronunciado. A oralidade e traz consigo *efeitos perlocucionários*, e neste sentido *se fazem coisas com palavras* (Austin, 1962). Esses efeitos só podem ser analisados posteriormente, mas implicam na necessidade do pesquisador estar presente nesses encontros, e de estar profundamente envolvido com o campo. Exatamente por essa condição eu ainda não posso antecipar resultados de pesquisa sob análise de ritual político, mas indico aqui tal possibilidade analítica com os gestores.

O tipo de linguagem que estamos considerando aqui pertence aquilo que Austin (1962), definiu como “expressões lingüísticas que se disfarçam”, ou que sintetizam

⁷ Além das Teias nacionais, que são encontros itinerantes que ocorrem bianualmente, há também as Teias regionais, municipais, estaduais ou temáticas (de mídia, cultura popular etc) que ocorrem anualmente. Durante a pesquisa de mestrado participei da Teia regional do centro-oeste de 2011, que ocorreu em Cuiabá e que foi naquele momento analisada como um ritual político marcado por um pólo ideológico e um pólo sensível, que oscilava entre sentimentos de pertença e cisão. Tal análise foi calcada na observação (nem tanto participante) das performances exageradas dos gestores e artistas. Neste encontro entre “formuladores” e “executores” do Cultura Viva, pude observar que os diálogos nem sempre são harmoniosos. Na citada Teia, presenciei o embate entre o discurso do Ministério da Cultura representado pela bancada de secretários do MinC, e as demandas dos ponteiros, e compreendi este evento como um ritual político que evidenciava a interação entre *brokers*: os ponteiros, como “grupos orientados comunitariamente”, e os gestores públicos como “grupos orientados nacionalmente” (Wolf, 1955 e 1956) evidenciaram diferentes níveis mediação local, regional e nacional. A Teia Centro-Oeste 2011 reforçou uma dinâmica comunicacional complexa desses encontros e que merecem ser retomados para a pesquisa de doutorado.



26 a 29 de maio de 2015

qualidades. Neste sentido, realizar uma etnografia nas Teias sob a perspectiva do ritual e da performance, implica em uma observação que leva em conta o aspecto comunicativo e o *contexto da situação*, que se revelam nos múltiplos sentidos dos encontros sociais (Peirano: 11, 2001).

A centralidade do ritual é notavelmente observada no trabalho de Victor Turner (1972), que o analisa através de suas propriedades comunicacionais que (re) ligam diferentes fases e interesses da sociedade. Turner (1972) analisou esse processo através do conceito de *drama social*, que se dividia em quatro fases: reconhecimento de uma crise, ampliação da crise, regeneração e rearranjo (ou ruptura). A crise se caracterizaria pela distorção, ampliação ou subversão de uma ordem, e é caracterizada por momentos nos quais os atores envolvidos estão em crise, em conflito.

Tal situação poderia ser observada etnograficamente nos fóruns das Teias, que sintetizam os conflitos entre gestores e artistas. Esses conflitos são protagonizados pela fala e performance dos envolvidos. E portanto, cada etapa do drama deverá ser observado etnograficamente. Neste sentido, o drama operaria como uma ferramenta, ao mesmo tempo, descritiva e analítica dos processos de mudança, conflito e unidade do programa Cultura Viva. O conceito da *drama social* considera o conflito e a instabilidade como aspectos latentes da organização social, e que esses conflitos são produzidos por princípios estruturais contraditórios. Esses princípios por sua vez não são assumidos conscientemente ou diretamente pelos atores, mas produzem efeito sobre suas condutas. É justamente esse caráter latente dos conflitos que instaura um lugar crítico do ritual, pois uma vez o conflito instaurado, decorre a instalação da crise e a suspensão da ordem e da estrutura operante.

A disputa e os conflitos são inerentes a todos os campos sociais e, portanto, também se manifestam em espaços institucionalizados, afetando todos os envolvidos em um contexto ou evento. A expressão da fala nessas situações é um ingrediente performático e pode ser articulado às análises de rituais políticos. As falas só podem ser apreendidas etnograficamente, e a partir de então são interpretada e narradas pelo pesquisador. Carla Costa Teixeira (2001) ao analisar o processo de cassação do deputado Sérgio Naya no Congresso Nacional, reforçou as qualidades intrínsecas das *bravatas*; ações de desculpas individuais proferidas por deputados cassados. As *bravatas* se mostraram para aquele contexto, uma ação individual intencionada, um ato de fala que faz coisas com palavras.

No campo dos gestores públicos de cultura eu poderia encontrar ações performáticas desses atores, especialmente em ambientes públicos, como é o caso dos encontros que



26 a 29 de maio de 2015

ocorrem nas Teias. A linguagem comunicada pelos gestores é um instrumento importante para análise que proponho e ela pode ser apreendida desde a análise de documentos e discursos oficiais, quanto sob um ponto de vista performático e ritual desses atores em determinadas circunstâncias.

Cultura Viva: outros atores, novas identidades, outras comunidades

Além dos ponteiros, outros atores não podem ser ignorados na construção, consolidação e implementação do Cultura Viva - muito embora, para este momento, também não façam parte do foco de pesquisa - pois atuam como mediadores no processo de construção e consolidação do Cultura Viva. Me refiro ao ideólogos do programa, que nem sempre são gestores ou artistas. E às vezes, são os dois. Fazem parte de um contexto específico, mas importante da dinâmica do programa. Atuam direta e indiretamente na formulação do Programa Cultura Viva e ocupam uma posição de referência⁸.

Poderia dizer que os idealizadores do Programa Cultura Viva estão entre duas instâncias, aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (2006) chamou de comunidade de argumentação e comunidade de comunicação. Na comunidade de comunicação poderíamos incluir o papel da imprensa e da mídia em criar uma comunidade imaginada (Anderson, 2008) para a construção de uma outra ideia de nação através da diversidade cultural⁹. A “comunidade de comunicação” é uma instância constitutiva de qualquer tipo de conhecimento e é marcada pela intersubjetividade – inerente por sua vez, a toda comunidade de argumentação (Cardoso de Oliveira 2000) A comunidade de comunicação remete à comunidade de argumentação, esta última opera como um núcleo duro da comunidade de comunicação.

Para se comprovar a validade dos argumentos, pressupõe-se a existência de uma “comunidade de argumentação” para avaliá-lo. A comunidade de comunicação e a comunidade de argumentação são, portanto, termos co-dependentes, são constituídas tanto por indivíduos de um grupo cultural qualquer, quanto por elementos de um determinado segmento profissional (científico, técnico ou administrativo) de uma mesma sociedade (Cardoso de Oliveira, 1994 e 2006). Em qualquer comunidade de argumentação, os seus integrantes estão

⁸ Dentro dessa esfera de atores fronteirços, gostaria de destacar aqui, rapidamente, um outro grupo importante na construção do Programa, pelo menos indiretamente, ou diretamente naquilo que se refere a submissão de projetos aos editais dos Pontos e de outras captações ou incentivos: os produtores culturais, que também são peças-chaves para a tradução da linguagem dos editais para os artistas contemplados pelo Cultura Viva.

⁹ Podemos aí entrar na arena da informação e opinião pública que até o momento não foram desenvolvidas para esta exposição. No entanto, destaco aqui que a mídia também produz e mantém comunidade imaginadas.



26 a 29 de maio de 2015

comprometidos com “um conjunto de acordos tácitos ou explícitos; configurados em normas estandardizadas no seu próprio meio” (Cardoso de Oliveira, p. 85, 2006) O mesmo não aconteceria com o Ministério da Cultura, enquanto uma comunidade de comunicação/argumentação? Como os idealizadores, produtores e demais envolvidos se movimentam nessas comunidades e como essas estão em relação com as noções de cultura nacional?

A nação seria o exemplo máximo de uma comunidade socialmente construída e imaginada por pessoas que compartilham sentimento de pertença. Neste sentido, esse termo possui um peso para a construção de uma política nacional de cultura. Cabe questionar em que medida os “Estados Nacionais” continuam atuando um papel decisivo nas populações. Mesmo que estudiosos contestem as categorias de *Estado* e *Nação*, elas ainda são engendradas pelas instituições e ainda produzem efeitos diversos. Expressões como “identidade nacional” e “cidadania cultural”, reforçam essas categorias e têm se tornado frequentes na linguagem de governo.

Segundo Anderson (2008), uma comunidade política é imaginada - e imaginada tanto como limitada quanto soberana por excelência. Essa comunidade é imaginada pois membros de uma nação, mesmo da menor delas, nunca conhecerão a maioria de seus conterrâneos, nunca os encontrarão ou até mesmo ouvirão a seu respeito; ainda assim, eles terão em suas mentes a imagem de sua comunhão (Anderson 2008). Podemos com essa definição, reforçar um ponto importante: assim como o Estado-Nação procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em marcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Através desse processo se constrói uma identidade nacional que procura dar uma imagem à comunidade abrangida por ela.

Observamos que a diversidade cultural pode operar como fio condutor para análise dos documentos e dos discursos que reforçam o caráter nacional como um aspecto latente. Tal investimento nos permitiria ainda incluir uma reflexão sobre as articulações do programa com outras esferas internacionais - uma vez que o programa Cultura Viva foi criado em um contexto onde as políticas públicas culturais brasileiras estavam sendo redirecionadas, e as reformulações conceituais e administrativas que reestruturaram o Ministério da Cultura a partir de 2003, por sua vez, estão articuladas a outros contextos: como as rodas de negociação com a UNESCO, a OMC e outros organismos multilaterais¹⁰. Em nível internacional,

¹⁰A exemplo das mudanças ocorridas no Ministério da Cultura - e que por sua vez estão em diálogo com outras discussões internacionais - está a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) em 2004, que responderia pelo debate acerca da diversidade cultural em contextos global e nacional. A formulação de



26 a 29 de maio de 2015

observamos um consenso em termos de políticas que contemplam e promovem a diversidade cultural. Em nível nacional temos a formulação de uma política em consonância com esses princípios.

Considerações finais

Considerarei neste projeto algumas possibilidades de análise para o estudo com gestores culturais. O processo de escrita está em andamento e este presente texto passará por outras revisões e acréscimos. Na discussão bibliográfica deste texto priorizei os autores que foram trabalhados durante o curso de Antropologia Política, ministrada pela Professora Carla Costa Teixeira no segundo semestre de 2014. Compreendo que na pesquisa etnográfica a ser realizada com os gestores, outros problemas teóricos e metodológicos surgirão. De todo modo, para concluir este projeto, gostaria agora de resumir os pontos mais importantes que aqui foram destacados:

Ao propor um estudo com gestores e secretários, em ambientes institucionalizados, eu estou lidando com uma comunidade política, especializada e que ocupa uma posição de poder, o que pode ser observado sob a ótica do *studying up*.

A política é aqui analisada através de sua linguagem como um fenômeno antropológico. A linguagem política pode ser analisada nos arquivos e documentos, nos discursos oficiais e nas conversas com os gestores.

A linguagem também pode ser observada através do caráter performático, com a observação dos gestores nas Teias. Aqui destaco a importância da oralidade, que é acompanhada de uma *performance* desses gestores nesses contextos.

Os fóruns que ocorrem nas Teias podem ser analisados como rituais políticos, pois esses eventos imprimem o conflito e a unidade como aspectos importantes na dinâmica dos fóruns. A análise ritual das Teias implica também no aspecto acima citado: na oralidade dos gestores e seus efeitos discursivos.

A diversidade cultural pode operar como fio condutor para análise dos documentos, dos discursos oficiais e pronunciamentos públicos.

A diversidade cultural pode estar articulada a uma outra concepção de nação, poder público e privado, estado e sociedade.

programas nacionais de cultura podem estar, portanto, em negociação com outras articulações políticas que vão além da relação do contexto nacional.



26 a 29 de maio de 2015

Bibliografia:

ABRAMS, Philip. *Notes on the difficulty of the studying State*. In: *Journal of Historical Sociology*, n. 1, 1988.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexes sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. Companhia das Letras, 2008.

AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Antropologia e Moralidade*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1994.

_____. *O trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. Trad: Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

LEACH, Edmund R. *Ritualization in man in relation to conceptual and social development*. In: *Philosophical transactions of royal society of London*: London University Press, 1966.

MARCUS, George. *Ethnography in/of the World System: The emergence of Multi-Sited Ethnography*. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, 1995.

_____; FISCHER, Michael J. *Anthropology as Cultural Critique: An experimental moment in the human sciences*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

NADER, Laura. *Up the Anthropologist – perspectives gained from studying up*. In: Hyme Dell (ed). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Random House, 1972.

PEIRANO, Mariza. *Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica*. In: Peirano, Mariza (org). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Duramá/Núcleo de Antropologia Política da UFRJ, 2001.

SHORE, Cris.e WRIGHT, Susan. *Towards an Anthropology of Policy*. In: *A new field of Anthropology*, 2005.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Política(s) Pública(s)*. In: *Revista Raça: perspectivas antropológicas*: EDUFBA, 2008.

TEIXEIRA, Carla Costa. *Das Bravatas: mentira ritual e a retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya*. In: Mariza (org). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Duramá/Núcleo de Antropologia Política da UFRJ, 2001.

_____. *Pesquisando Instâncias Estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira*. In: *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões entre burocratas, elites e corporações*. RODRIGUES CASTILHO, Sérgio Ricardo, SOUZA LIMA, Antônio Carlos de e TEIXEIRA, Carla Costa (orgs). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

TURNER, Victor. *Schism and Continuity in an African Society: a study of Ndembu village life*. Institute of African Studies: University